

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MEC/MG

Termo de Referência 22/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
22/2026	153032-UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MEC /MG	GISELE APARECIDA COSTA MARTINS	17/04/2026 14:16 (v 0.8)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	144/2026	23090.021110/2025-13

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de material de copa e cozinha II, nos termos da tabela abaixo , conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ASSADEIRA COZINHA COMERCIAL, MATERIAL: ALUMÍNIO REFORÇADO, FORMATO: RETANGULAR, ALTURA: 4,5 CM, LARGURA: 23 CM, COMPRIMENTO: 33 CM, MEDIDAS APROXIMADAS.	630107	UNIDADE	95	R\$ 36,74	R\$ 3.490,30
2	BANDEJA METÁLICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO: 30 CM, LARGURA: 20 CM, ALTURA: 4 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA.	398925	UNIDADE	39	R\$ 101,04	R\$ 3.940,56
3	BANDEJA, FORMATO: RETANGULAR, COMPRIMENTO: 51 CM, LARGURA: 33 CM, CARACTERÍSTICAS	318677	UNIDADE	142	R\$ 17,11	R\$ 2.429,62

	ADICIONAIS: REFORÇADA, CAPACIDADE 11,50 LITROS, MATERIAL: PLÁSTICO, COR: BRANCA, ALTURA: 9 CM.					
--	--	--	--	--	--	--

4	BANDEJA, MATERIAL: PLÁSTICO, DIMENSÕES: 29 X 44 X 9 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BRANCA FOSCA, PAREDES REFORÇADAS, MEDIDAS APROXIMADAS.	398927	UNIDADE	109	R\$ 16,67	R\$ 1.817,03
5	BATEDOR MANUAL, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: FLEXÍVEL, TAMANHO: 30 CM, APLICAÇÃO: COZINHA, FORMATO: PÊRA.	334505	UNIDADE	16	R\$ 8,68	R\$ 138,88
6	BULE, MATERIAL: ALUMÍNIO POLIDO, CAPACIDADE: 2 L, FINALIDADE: CAFÉ / LEITE / CHÁ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESPESSURA MÍNIMA DE 1,30 MM, CABO MADEIRA, MATERIAL: ALUMÍNIO FUNDIDO.	322368	UNIDADE	20	R\$ 51,73	R\$ 1.034,60
7	CHALEIRA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL E VIDRO, CAPACIDADE: 1,7 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO, BASE DESTACÁVEL, TIPO: ELÉTRICA, POTÊNCIA MÍNIMA: 1.200 W, VOLTAGEM: 110 V.	602231	UNIDADE	22	R\$ 77,71	R\$ 1.709,62
8	COADOR DESCARTÁVEL CAFÉ, MATERIAL: PAPEL, TAMANHO: 103.	237590	CX 30,00 UN	946	R\$ 3,84	R\$ 3.632,64
9	COLHER, MATERIAL CORPO: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO: AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO: PEQUENO, APLICAÇÃO: CHÁ.	230228	UNIDADE	248	R\$ 1,41	R\$ 349,68
10	COLHER, MATERIAL CORPO: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: CAFÉ, COMPRIMENTO: 10 CM.	292877	UNIDADE	246	R\$ 0,98	R\$ 241,08

11	COLHER, MATERIAL CORPO: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: SOBREMESA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LISA E POLIDA COM 1,50 MM DE ESPESSURA, COMPRIMENTO: 18 CM.	254936	UNIDADE	265	R\$ 1,18	R\$ 312,70
12	COPO, MATERIAL: VIDRO, CAPACIDADE: 190 ML,	344798	UNIDADE	280	R\$ 1,32	R\$ 369,60

	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CANELADO, INCOLOR, REF. 2010.					
13	COPO, MATERIAL: .VIDRO, TIPO USO: .LÍQUIDOS, CAPACIDADE: .300 ML, UTILIZAÇÃO: . REUTILIZÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: . LISO, INCOLOR, TRANSPARENTE E CILÍNDRICO, TIPO: .LONG DRINK, ALTURA: .12 CM, DIÂMETRO BOCA: . 7 CM, MEDIDAS APROXIMADAS.	267858	UNIDADE	335	R\$ 4,16	R\$ 1.393,60

14	CORTADOR LEGUMES, TIPO: BOLEADOR, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO: 190 MM, APLICAÇÃO: COZINHA, MEDIDAS APROXIMADAS.	389981	UNIDADE	9	R\$ 5,90	R\$ 53,10
15	EBULIDOR, COMPRIMENTO: 37 CM, POTÊNCIA: 1.000 W, MATERIAL: ALUMÍNIO, APLICAÇÃO: AQUECIMENTO DE ÁGUA.	361294	UNIDADE	74	R\$ 29,00	R\$ 2.146,00
16	ESPUMADEIRA, MATERIAL CORPO: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO: AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO: 9 X 30 CM.	413319	UNIDADE	14	R\$ 13,62	R\$ 190,68
17	FACA ELÉTRICA, MATERIAL CORPO: PLÁSTICO, MATERIAL LÂMINA: AÇO INOXIDÁVEL, POTÊNCIA: 120 WATT, COR: BRANCA, PESO: 950 G, ALTURA: 11,50 CM, LARGURA: 7 CM, COMPRIMENTO: 27 CM, FUNÇÃO: TRINCHA, FATIA E DESFIA, APLICAÇÃO: COZINHA, TENSÃO: 127V.	219019	UNIDADE	2	R\$ 308,02	R\$ 616,04

18	FORMA, MATERIAL: ALUMÍNIO, ESPESSURA: 1 MM, FORMATO: REDONDA, ALTURA: 2 CM,	465884	UNIDADE	100	R\$ 27,16	R\$ 2.716,00
----	--	--------	---------	-----	-----------	--------------

	APLICAÇÃO: PIZZA, DIÂMETRO: 40 CM.					
19	FÓSFORO, MATERIAL CORPO: MADEIRA, TIPO: CURTO.	279329	CX 40,00 UN	308	R\$ 2,98	R\$ 917,84
20	FRIGIDEIRA, MATERIAL: ALUMÍNIO, TIPO: RASA, DIÂMETRO: 25 CM, REVESTIMENTO: ANTIADERENTE, MATERIAL CABO: BAQUELITE, REVESTIMENTO: PTFE, DIMENSÕES MÍNIMAS.	444499	UNIDADE	36	R\$ 54,11	R\$ 1.947,96
21	GARRAFA TÉRMICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 1,80 L, FORMATO: CILÍNDRICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PRESSÃO, AMPOLA DE VIDRO.	288915	UNIDADE	43	R\$ 85,46	R\$ 3.674,78
22	GARRAFA TÉRMICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 1 L, ALTURA: 32 CM, FORMATO: CILÍNDRICO, DIÂMETRO BASE: 10 CM, DIÂMETRO TAMPA: 9 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PRESSÃO.	275681	UNIDADE	57	R\$ 73,56	R\$ 4.192,92
23	GARRAFA TÉRMICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 2,20 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AMPOLA EM INOX, CONFORME MODELO E REFERÊNCIA: SOPRANO OU EQUIVALENTE. CAPACIDADE APROXIMADA.	440295	UNIDADE	23	R\$ 135,53	R\$ 3.117,19

24	GARRAFA, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 20 L, APLICAÇÃO: ÁGUA MINERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: VAZIO, TRANSPARENTE, RETORNÁVEL, NBR 14222 /14328.	402921	UNIDADE	46	R\$ 21,00	R\$ 966,00
25	GUARDANAPO DE PAPEL, MATERIAL: CELULOSE,	224565		103	R\$ 12,55	R\$ 1.292,65

	LARGURA: 14 CM, COMPRIMENTO: 14 CM, COR: BRANCA, TIPO FOLHAS: SIMPLES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO APLICÁVEL, MEDIDAS APROXIMADAS.		CAIXA 2000,00 UN			
26	JARRA, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 2 L, MODELO: GRADUADA, COR: BRANCA, APLICAÇÃO: ÁGUA/SUCO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM TAMPA COM ALÇA	330836	UNIDADE	16	R\$ 10,10	R\$ 161,60

27	JARRA, MATERIAL: VIDRO, CAPACIDADE: 1 L, MODELO: COM ALÇA E TAMPA PLÁSTICA, APLICAÇÃO :ÁGUA/SUCO.	374932	UNIDADE	38	R\$ 19,52	R\$ 741,76
28	JARRA TÉRMICA, MATERIAL: VIDRO REFRATÁRIO, CAPACIDADE: 1.000 ML, APLICAÇÃO: FERVEDOR LEITE.	219145	UNIDADE	3	R\$ 61,46	R\$ 184,38
29	PANELA, MATERIAL: ALUMÍNIO, CAPACIDADE: 40 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA	352909	UNIDADE	9	R\$ 217,03	R\$ 1.953,27
30	PANELA PRESSÃO, MATERIAL: ALUMÍNIO POLIDO, CAPACIDADE: 7 L, MATERIAL CABO: BAQUELITE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ALÇA.	397245	UNIDADE	5	R\$ 122,88	R\$ 614,40

31	PANO PRATO, MATERIAL: ALGODÃO CRÚ, COMPRIMENTO: 75 CM, LARGURA: 50 CM, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ABSORVENTE /LAVÁVEL E DURÁVEL, MEDIDAS APROXIMADAS.	270165	UNIDADE	211	R\$ 3,23	R\$ 681,53
32	PAPEL ALUMÍNIO, COMPRIMENTO: 50 M,	317178	UNIDADE	157	R\$ 52,14	R\$ 8.185,98

	LARGURA: 45 CM, APRESENTAÇÃO: ROLO, MEDIDAS APROXIMADAS.					
33	PEGADOR ALIMENTO, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO: 29 CM APROXIMADAMENTE, TIPO: PINÇA, MATERIAL DAS PONTAS: SILICONE.	441331	UNIDADE	35	R\$ 7,00	R\$ 245,00

34	PENEIRA COZINHA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, DIÂMETRO: 18 CM.	318084	UNIDADE	91	R\$ 11,34	R\$ 1.031,94
35	PORTA SABÃO, DETERGENTE E ESPONJA, MATERIAL: PLÁSTICO RESISTENTE, APLICAÇÃO: PIA DE COZINHA.	260095	UNIDADE	96	R\$ 12,00	R\$ 1.152,00
36	POTE VIDRO, DIÂMETRO: 14 CM, ALTURA: 19,50 CM, CAPACIDADE: 2.000 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA ROSQUEÁVEL EM PLÁSTICO, MEDIDAS APROXIMADAS.	417015	UNIDADE	69	R\$ 26,87	R\$ 1.854,03
37	SANDUICHEIRA, MATERIAL: PLÁSTICO, TENSÃO: 110/220 V, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PREPARA 2 SANDUÍCHES POR VEZ, LÂMPADA PILOTO INDICADORA, CHAPAS ANTIADERENTE, TRAVA DE FECHAMENTO, INFORMAÇÕES ADICIONAIS: CONSIDERAR A TENSÃO 110V PARA ENTREGA.	486252	UNIDADE	62	R\$ 93,46	R\$ 5.794,52
38	SUORTE FILTRO CAFÉ, MATERIAL: . PLÁSTICO, MODELO: .TRADICIONAL, COR: .MARROM, TAMANHO REFERÊNCIA: .Nº 103.	312303	UNIDADE	92	R\$ 8,26	R\$ 759,92
39	XÍCARA, MATERIAL: PORCELANA, TIPO: CAFÉ, COR:BRANCA, CAPACIDADE: 50 ML,	247510	UNIDADE	143	R\$ 9,03	R\$ 1.291,29

	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PIRES.					
--	---	--	--	--	--	--

40	XÍCARA, MATERIAL: PORCELANA, TIPO: CAFÉ, COR: BRANCA, CAPACIDADE: 80 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PIRES.	220097	UNIDADE	198	R\$ 9,75	R\$ 1.930,50
----	--	--------	---------	-----	----------	--------------

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2025 e 2026**, conforme detalhamento a seguir:

I. ID PCA no PNCP:

2025 : 22078679000174-0-000001/2025

2026: 22078679000174-0-000001/2026

II. Data de publicação no PNCP: 2025 : 14/05/2024;

2026: 13/05/2025;

III. Id do item no PCA:

Item	CATMAT	Descrição	Identificador da Futura Contratação - 2025	Id do item no PCA 2025	Identificador da Futura Contratação - 2026	Id do item no PCA 2026
1	301067	ASSADEIRA COZINHA COMERCIAL, MATERIAL: ALUMÍNIO REFORÇADO, FORMATO: RETANGULAR, ALTURA: 4,5 CM, LARGURA: 23 CM, COMPRIMENTO: 33 CM, MEDIDAS APROXIMADAS.	153032-119 /2025 / 153032-379 /2025	8291	153032-144 /2026	540, 553, 581, 601
2	398925	BANDEJA METÁLICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO: 30 CM,			153032-146	413

		LARGURA: 20 CM, ALTURA: 4 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA.			/2026	
3	318677	BANDEJA, FORMATO: RETANGULAR, COMPRIMENTO: 51 CM, LARGURA: 33 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REFORÇADA, CAPACIDADE 11,50 LITROS, MATERIAL: PLÁSTICO, COR: BRANCA, ALTURA: 9 CM.	153032-122 /2025	211, 212		
4	398927	BANDEJA, MATERIAL: PLÁSTICO, DIMENSÕES: 29 X 44 X 9 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BRANCA FOSCA, PAREDES REFORÇADAS, MEDIDAS APROXIMADAS.	153032-141 /2025 / 153032-397 /2025	2690, 3770	153032-169 /2026	5094
5	334505	BATEDOR MANUAL, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: FLEXÍVEL, TAMANHO: 30 CM, APLICAÇÃO: COZINHA, FORMATO: PÊRA.	153032-379 /2025	3966	153032-144 /2026	615
6	322368v	BULE, MATERIAL: ALUMÍNIO POLIDO, CAPACIDADE: 2 L, FINALIDADE: CAFÉ / LEITE / CHÁ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESPESSURA MÍNIMA DE 1,30 MM, CABO MADEIRA, MATERIAL: ALUMÍNIO FUNDIDO.	153032-119 /2025	283, 306	153032-144 /2026	545
7	602231	CHALEIRA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL E VIDRO, CAPACIDADE: 1,7 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO, BASE DESTACÁVEL, TIPO: ELÉTRICA, POTÊNCIA MÍNIMA: 1.200 W, VOLTAGEM: 110 V.			153032-144 /2026	557
8	237590	COADOR DESCARTÁVEL CAFÉ, MATERIAL: PAPEL, TAMANHO: 103.	153032-119 /2025	3138, 3141, 3147	/2026	590, 604, 623, 625
9	230228	COLHER, MATERIAL CORPO: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO: AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO: PEQUENO, APLICAÇÃO: CHÁ.	153032-120 /2025 / 153032-263 /2025 / 153032-380 /2025	268, 3130, 3941	153032-145 /2026	492, 526
10	292877	COLHER, MATERIAL CORPO: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: CAFÉ, COMPRIMENTO: 10 CM.	153032-120 /2025 / 153032-380 /2025	269, 280, 3942	153032-145 /2026	483, 501, 505, 527
11	254936	COLHER, MATERIAL CORPO: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: SOBREMESA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LISA E POLIDA COM 1,50 MM DE ESPESSURA, COMPRIMENTO: 18 CM.	153032-120 /2025	267, 278	153032-145 /2026	513, 525
12	344798	COPO, MATERIAL: VIDRO, CAPACIDADE: 190 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CANELADO, INCOLOR, REF. 2010.	153032-121 /2025 / 153032-381 /2025	251, 3905	153032-146 /2026	436
13	267858	COPO, MATERIAL: VIDRO, TIPO USO: LÍQUIDOS, CAPACIDADE: 300 ML, UTILIZAÇÃO: REUTILIZÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LISO, INCOLOR, TRANSPARENTE E CILÍNDRICO, TIPO: LONG DRINK, ALTURA: 12 CM, DIÂMETRO BOCA: 7 CM, MEDIDAS APROXIMADAS.	153032-121 /2025 / 153032-264 /2025 / 153032-381 /2025	242, 3124, 3904	153032-146 /2026	420, 443, 447

14	389981	CORTADOR LEGUMES, TIPO: BOLEADOR, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO: 190 MM, APLICAÇÃO: COZINHA, MEDIDAS APROXIMADAS.	153032-379 /2025	3968	153032-144 /2026	560
15	361294	EBULIDOR, COMPRIMENTO: 37 CM, POTÊNCIA: 1.000 W, MATERIAL: ALUMÍNIO, APLICAÇÃO: AQUECIMENTO DE ÁGUA.	153032-26 /2025 / 153032-212 /2025 / 153032-335 /2025	2210, 2211, 2212, 3469, 4552	153032-37 /2026	420, 421, 422, 423, 424
16	413319	ESPUMADEIRA, MATERIAL CORPO: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO: AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO: 9 X 30 CM.			153032-145 /2026	494, 529
17	219019	FACA ELÉTRICA, MATERIAL CORPO: PLÁSTICO, MATERIAL LÂMINA: AÇO INOXIDÁVEL, POTÊNCIA: 120 WATT, COR: BRANCA, PESO: 950 G, ALTURA: 11,50 CM, LARGURA: 7 CM, COMPRIMENTO: 27 CM, FUNÇÃO: TRINCHA, FATIA E DESFIA, APLICAÇÃO: COZINHA, TENSÃO: 127V.	153032-379 /2025	3972		
18	465884	FORMA, MATERIAL: ALUMÍNIO, ESPESSURA: 1 MM, FORMATO: REDONDA, ALTURA: 2 CM, APLICAÇÃO: PIZZA, DIÂMETRO: 40 CM.	153032-379 /2025	3959	153032-144 /2026	607
19	279329	FÓSFORO, MATERIAL CORPO: MADEIRA, TIPO: CURTO.	153032-174 /2025 / 153032-302 /2025 / 153032-418 /2025	2416, 2897, 3620		
20	444499	FRIGIDEIRA, MATERIAL: ALUMÍNIO, TIPO: RASA, DIÂMETRO: 25 CM, REVESTIMENTO: ANTIADERENTE, MATERIAL CABO: BAQUELITE, REVESTIMENTO: PTFE, DIMENSÕES MÍNIMAS.			153032-144 /2026	620
21	288915	GARRAFA TÉRMICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 1,80 L, FORMATO: CILÍNDRICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PRESSÃO, AMPOLA DE VIDRO.	153032-119 /2025 / 153032-262 /2025	317, 3145	153032-144 /2026	580, 596, 621
22	275681	GARRAFA TÉRMICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 1 L, ALTURA: 32 CM, FORMATO: CILÍNDRICO, DIÂMETRO BASE: 10 CM, DIÂMETRO TAMPA: 9 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PRESSÃO.	153032-119 /2025 / 153032-262 /2025	286, 3144	153032-144 /2026	543, 549, 563, 595, 622
23	440295	GARRAFA TÉRMICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 2,20 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AMPOLA EM INOX, CONFORME MODELO E REFERÊNCIA: SOPRANO OU EQUIVALENTE. CAPACIDADE APROXIMADA.			153032-144 /2026	632
24	402921	GARRAFÃO, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 20 L, APLICAÇÃO: ÁGUA MINERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: VAZIO, TRANSPARENTE, RETORNÁVEL, NBR 14222/14328.			153032-168 /2026	5101, 5106

25	224565	GUARDANAPO DE PAPEL, MATERIAL: CELULOSE, LARGURA: 14 CM, COMPRIMENTO: 14 CM, COR: BRANCA, TIPO FOLHAS: SIMPLES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO APLICÁVEL, MEDIDAS APROXIMADAS.	153032-150 /2025	2600, 2606, 2624, 3740, 3742,	153032-180 /2026	4960, 4964, 4969, 4979, 4991
26	330836	JARRA, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 2 L, MODELO: GRADUADA, COR: BRANCA, APLICAÇÃO: ÁGUA/SUCO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM TAMPA COM ALÇA	153032-119 /2025	290	153032-144 /2026	541, 567
27	374932	JARRA, MATERIAL: VIDRO, CAPACIDADE: 1 L, MODELO: COM ALÇA E TAMPA PLÁSTICA, APLICAÇÃO :ÁGUA/SUCO.	153032-119 /2025	289, 302, 309	153032-144 /2026	568, 599
28	219145	JARRA TÉRMICA, MATERIAL: VIDRO REFRAATÁRIO, CAPACIDADE: 1.000 ML, APLICAÇÃO: FERVEDOR LEITE.			153032-144 /2026	570
29	352909	PANELA, MATERIAL: ALUMÍNIO, CAPACIDADE: 40 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA.			153032-144 /2026	572, 583
30	397245	PANELA PRESSÃO, MATERIAL: ALUMÍNIO POLIDO, CAPACIDADE: 7 L, MATERIAL CABO: BAQUELITE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ALÇA.			153032-144 /2026	538, 582
31	270165	PANO PRATO, MATERIAL: ALGODÃO CRÚ, COMPRIMENTO: 75 CM, LARGURA: 50 CM, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ABSORVENTE/LAVÁVEL E DURÁVEL, MEDIDAS APROXIMADAS.	153032-258 /2025	3171, 3174	153032-137 /2026	743, 748
32	317178	PAPEL ALUMÍNIO, COMPRIMENTO: 50 M, LARGURA: 45 CM, APRESENTAÇÃO: ROLO, MEDIDAS APROXIMADAS.	153032-141 /2025	2989, 2704	153032-169 /2026	5093, 5095
33	441331	PEGADOR ALIMENTO, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO: 29 CM APROXIMADAMENTE, TIPO: PINÇA, MATERIAL DAS PONTAS: SILICONE.	153032-380 /2025	3944	153032-145 /2026	493, 528
34	318084	PENEIRA COZINHA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, DIÂMETRO: .18 CM	153032-262 /2025 / 153032-379 /2025 / 153032-510 /2025	3139, 3955, 4803	153032-144 /2026	573, 603
35	260095	PORTA SABÃO, DETERGENTE E ESPONJA, MATERIAL: PLÁSTICO RESISTENTE, APLICAÇÃO: PIA DE COZINHA.	153032-119 /2025	295, 316, 3962	153032-144 /2026	548, 552, 574, 610
36	417015	POTE VIDRO, DIÂMETRO: 14 CM, ALTURA: 19,50 CM, CAPACIDADE: 2.000 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA ROSQUEÁVEL EM PLÁSTICO, MEDIDAS APROXIMADAS.	153032-121 /2025 / 153032-381 /2025	239, 3901, 3916	153032-146 /2026	427, 450
37	486252	SANDUICHEIRA, MATERIAL: PLÁSTICO, TENSÃO: 110 /220 V, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PREPARA 2 SANDUÍCHES POR VEZ, LÂMPADA PILOTO INDICADORA, CHAPAS ANTIADERENTE, TRAVA DE	153032-118 /2025 / 153032-378 /2025	324, 326, 328, 3975	153032-143 /2026	635, 637, 639

		FECHAMENTO, INFORMAÇÕES ADICIONAIS: CONSIDERAR A TENSÃO 110V PARA ENTREGA.				
38	312303	SUPORTE FILTRO CAFÉ, MATERIAL: PLÁSTICO, MODELO: TRADICIONAL, COR: MARROM, TAMANHO REFERÊNCIA: Nº 103.	153032-119 /2025 / 153032-262 /2025	293, 320, 3137, 3140, 3148	153032-144 /2026	575, 591, 624, 626
39	247510	XÍCARA, MATERIAL: PORCELANA, TIPO: CAFÉ, COR: BRANCA, CAPACIDADE: 50 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PIRES.	153032-121 /2025	241	153032-146 /2026	431
40	220097	XÍCARA, MATERIAL: PORCELANA, TIPO: CAFÉ, COR: BRANCA, CAPACIDADE: 80 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PIRES.	153032-121 /2025 / 153032-264 /2025	218, 3123	153032-146 /2026	432, 453

Classe/Grupo: Utensílios e ferramentas manuais de cozinha; Jogos, conjuntos e equipamentos para preparar e servir alimentos; Louça e artigos de mesa; Equipamentos para calefação e aquecedores domésticos de água; Artigos para fumantes; Utensílios domésticos; Equipamentos e aparelhos de cozinha; Cutelaria e talheres; Materiais a granel para acondicionamento e embalagem; Garrafas e jarros.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Serão priorizados materiais com maior vida útil, passíveis de reparo e que gerem menor descarte ao final de sua utilização, incentivando a economia circular.

4.1.2. Serão valorizados produtos fabricados com matéria-prima de origem sustentável, reciclada ou reciclável, e que possuam certificações ambientais reconhecidas, quando aplicável.

Subcontratação

4.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.4. Entrega dos objetos conforme descrição detalhada e as condições estabelecidas: prazo de entrega e quantitativo demandado, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, prazo de garantia.

RESERVA DE COTAS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

4.5. A presente licitação será exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte para todos os itens, conforme Art. 48 da LC 123/2006.

MARGEM DE PREFERÊNCIA

4.6. O objeto da contratação não enquadra-se na margem de preferência normal ou adicional, prevista no Decreto n.º 11.890, de 22 de janeiro de 2024, conforme disposto na Resolução n.º SEGES-CICS/MGI nº 1, de 2 de julho de 2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 dias, contados da data de recebimento da nota de empenho pelo fornecedor, em remessa única.

5.1.1. Para todos os itens o faturamento ocorrerá no CNPJ:22.078.679/0001-74 – UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS.

5.1.2. Deverão os licitantes vencedores do certame comunicar à UFLA, por intermédio da Diretoria de Materiais e Patrimônio, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceder ao vencimento do prazo de entrega dos itens adjudicados, a impossibilidade do cumprimento do fornecimento, informando os motivos correlatos.

5.1.3. Para fins de prorrogação do prazo de entrega, só serão analisados, pela autoridade competente, os pedidos solicitados formalmente antes de findado o prazo fixado, nos termos do arts. 105 da Lei 14.133 /2021. Pedidos solicitados após o término do prazo de entrega não serão analisados.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Diretoria de Materiais e Patrimônio - DMP no TREVO ROTATÓRIO PROFESSOR EDMIR SÁ SANTOS S/N - CAMPUS UNIVERSITÁRIO - ALMOXARIFADO CENTRAL - LAVRAS – MG, CAIXA POSTAL: 3037 - CEP: 37.203-202 - TEL. (35) 3829 – 1106, que poderá solicitar o encaminhamento dos mesmos para outros locais da Universidade, com todas as despesas pagas pelo licitante vencedor. A DMP não se responsabilizará por mercadorias entregues em locais divergentes do previsto. O horário para recebimento é de segunda a sexta-feira das 7h às 11h e das 13h às 16h.

5.2.1. Conforme Portaria Reitoria nº 7, de 03 de janeiro de 2024, as entregas efetuadas dentro das dependências da UFLA por parte de fornecedores devem ser efetuadas em dias úteis (observando o Calendário Administrativo publicado anualmente pela Universidade em seu sítio eletrônico) que para o ano de 2025 está disponível em <https://progepe.ufla.br/index.php/calendario-administrativo>, sendo que a entrada e saída de caminhões no CAMPUS SEDE (Lavras/MG) deve ocorrer exclusivamente pela Portaria 2 (conhecida como Portaria das Goiabas), salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e comunicados à Coordenadoria de Vigilância ao Patrimônio (CVP/DSTL), quando a entrada ou saída deverá ocorrer por outra portaria previamente indicada.

IMPORTANTE: Não serão aceitos entregas parciais para empenhos do tipo "Ordinário".

CNPJ para faturamento : 22.078.679/0001-74 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS.

Para cada número de empenho, deverá ser emitida uma nota fiscal .

As notas fiscais devem vir do lado externo e OBRIGATORIAMENTE acompanhando seus respectivos volumes.

5.3. O descarregamento dos bens é de inteira responsabilidade da Contratada, incluindo eventuais custos com mão de obra, equipamentos e outros que se fizerem necessários. Os bens deverão ser alocados pela Contratada em local indicado pela Diretoria de Materiais e Patrimônio.

GARANTIA

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5 O custo referente ao transporte dos objetos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Este processo não resultará na celebração de contrato, pois será adotado como instrumento hábil a nota de empenho.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,01%** (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;[A2]

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (**quinze** por cento) a **30 % (trinta** por cento)do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10 % (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10 % (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (meio por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem

como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 24/09/2025 .

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado , os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade .

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será parcelado.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será o menor preço por item.

9.4.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- 9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação.
- 9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos no último exercício social, sob pena de inabilitação ;

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.33. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.34. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 69.273,19 (sessenta e nove mil, duzentos e setenta e três reais e dezenove centavos), conforme custos unitários apostos na pesquisa de preços em anexo.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Lavras, 17 de abril de 2026.

Equipe de Planejamento da Contratação

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco dias), contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato: Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
- 5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - 5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
 - 5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
 - 5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 5.5.3. Indenizações e multas.
- 5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Minas Gerais, Seção Judiciária de Lavras/MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão SRP nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Lavras/ MG _____ de _____ de 2026.

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GISELE APARECIDA COSTA MARTINS

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 14:16:57.